



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Proc. n.º 332,358  
Folha n.º 122  
Servidor(a) 71

**CNJ** CONSELHO  
NACIONAL  
DE JUSTIÇA

CONVÊNIO BCB/CNJ-2008

TERMO DE ADESÃO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO  
INSTITUCIONAL CELEBRADO ENTRE O BANCO  
CENTRAL DO BRASIL E O CONSELHO NACIONAL DE  
JUSTIÇA.

O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, inscrito no CNPJ sob o nº 07.421.906/0001-29, doravante denominado CNJ, neste ato representado por seu Presidente, Ministro Gilmar Ferreira Mendes, e o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS, Órgão do Poder Judiciário, em nome da União, situado na Praça Visconde de Sinimbu, s/n, Centro, Maceió/AL, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.015.041/0001-38, doravante denominado TRE/AL, neste ato representado pelo Desembargador Orlando Monteiro Cavalcanti Manso, no exercício da Presidência, brasileiro, casado, magistrado, portador da carteira de identidade nº 94075 SSP/AL, inscrito no CPF sob o nº 016.190.714-87, residente e domiciliado na cidade de Maceió/AL, firmam o presente TERMO DE ADESÃO ao Convênio de Cooperação Institucional celebrado entre o CNJ e Banco Central do Brasil, neste ato denominado BCB, em 2 de dezembro de 2008, de acordo com as cláusulas seguintes:


**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente TERMO DE ADESÃO assegura o acesso do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS às informações contidas no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), objeto do Convênio de Cooperação Institucional celebrado entre o BCB e o CNJ, em 2 de dezembro de 2008.

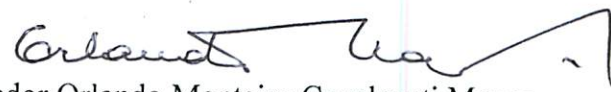
**CLÁUSULA SEGUNDA** – O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS se obriga a cumprir todas as cláusulas e condições estabelecidas no Convênio de Cooperação Institucional de que trata a cláusula primeira.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O presente TERMO DE ADESÃO entra em vigor na data de sua assinatura, tendo sua duração condicionada ao tempo de vigência do Convênio.

O presente TERMO DE ADESÃO é assinado em 3 (três) vias, de igual teor e forma, para que produza os seus legítimos efeitos, destinando-se uma ao BCB, uma ao CNJ e uma ao TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS.

Brasília, 16 de fevereiro de 2009.

  
Ministro Gilmar Mendes  
Presidente do CNJ

  
Desembargador Orlando Monteiro Cavalcanti Manso  
Presidente em exercício do TRE/AL